



Pedro França/Agência Senado



Crescimento da população idosa vem aumentando o percentual do Orçamento gasto com a Previdência

Parlamento busca sistema previdenciário sustentável

Proposta de reforma enviada pelo Executivo ao Congresso divide opiniões. Desafio dos deputados e senadores é aprovar um texto eficiente sem prejudicar os mais pobres

Em busca de garantir a sustentabilidade do sistema, o Congresso Nacional discute uma ampla reforma na Previdência Social pela terceira década consecutiva. Atualmente os desembolsos do país com a Previdência já equivalem a 60% do orçamento e devem crescer, pois as projeções mostram que, enquanto os brasileiros têm cada vez menos filhos, o número de idosos do país deve triplicar nos próximos 40 anos. Com isso, a pro-

porção de trabalhadores por aposentado deve cair pela metade.

Além disso, para alguns especialistas, a arrecadação de contribuições previdenciárias tem ficado abaixo do valor dos benefícios concedidos. Já outros sustentam que o déficit é resultado de um cálculo que interpreta equivocadamente as regras do sistema. Os senadores devem apoiar uma reforma do setor, mas com mudanças na proposta sugerida pelo governo. **3**

Comissão defende solução diplomática para crise na Venezuela

Em comunicado oficial divulgado ontem, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional manifestou “profunda preocupação”

com a crise venezuelana. A nota, lida pelo presidente do colegiado, Nelsinho Trad, lamenta a morte de civis em decorrência do acirramento

dos conflitos no país vizinho e reitera a expectativa por uma saída pacífica.

De acordo com o líder da Minoria, Randolfe Rodrigues,

o Brasil deve auxiliar na resolução da crise por vias diplomáticas e não pode ser “porta-voz de nenhuma aventura bélica e militar no país vizinho”. **4**

Pedro França/Agência Senado



Lucas Barreto, Nelsinho Trad e Flávio Bolsonaro (Mesa) ouvem Randolfe Rodrigues (E) defender que o Brasil trabalhe pelo fim da crise por vias diplomáticas

Texto garante educação a atleta de alto rendimento

Um projeto que tramita na Comissão de Educação, Cultura e Esporte garante que atletas selecionados para equipes olímpicas nacionais e estaduais possam manter seus estudos em escolas públicas. Da senadora Leila Barros, a proposta prevê que as faltas desses alunos sejam abonadas nos dias em que houver deslocamento ou participação em competições. Também determina que as escolas viabilizem uma segunda chamada ou processo alternativo de avaliação, caso o atleta falte em dia de prova. **4**



O objetivo do projeto é fazer com que os atletas conciliem o esporte com estudos

Fernando Fracalossi/AB

Medida reduz burocracia e ajuda abertura de negócios

O Congresso Nacional recebeu na terça-feira a medida provisória que cria a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica e estabelece garantias para o livre mercado e para o amplo exercício da atividade econômica. O texto também facilita a criação e o funcionamento das empresas de inovação, as startups. **2**

Primeiro veículo de comunicação do Senado faz 24 anos

O trabalho legislativo dos senadores ganhou cobertura diferenciada a partir de 4 de maio de 1995, com a criação do **Jornal do Senado**. Já são mais de 5 mil edições, cerca de 200 por ano, que dão transparência a debates, votações, CPIs e decisões do Parlamento. De lá para cá, outros produtos foram lançados, como o *Especial Cidadania*, a versão mensal em braille e a *newsletter*, que pode ser assinada em senado.leg.br/jornal/newsletterjornal.



Jornal do Senado é distribuído no aeroporto de Brasília

Pedro França/Agência Senado

Nova MP reduz exigências para abertura de negócios

Atividades econômicas de baixo risco poderão ser liberadas de atos públicos, como licenças e registros. A medida também facilita a criação e o funcionamento de empresas de inovação, as *startups*

O GOVERNO ENVIU ao Congresso, na terça-feira, a medida provisória que cria a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica e estabelece garantias para o livre mercado e para o amplo exercício da atividade econômica, com objetivo de beneficiar os pequenos empreendedores.

A MP 881/2019 libera pessoas físicas ou jurídicas para desenvolver negócios considerados de baixo risco, sem depender de qualquer ato público de liberação por parte da administração pública. Atos públicos são licenças, autorizações, inscrições, registros, alvarás e outros exigidos como condição prévia para o exercício de atividade econômica. O governo vai listar quais atividades serão consideradas de baixo risco, mas os estados também terão liberdade para elencá-las.

Pelo texto, essas atividades econômicas também poderão ser desenvolvidas em qualquer horário ou dia da semana, desde que não causem danos ao meio ambiente, respeitem normas de direito de vizinhança, não gerem poluição sonora nem perturbem o sossego da população, sempre observada a legislação trabalhista.

A MP reafirma a liberdade de preços, tanto para produtos quanto para serviços, obedecendo a oferta e a demanda do mercado não regulado. Essa liberdade só será restringida nos casos declarados de emergência ou calamidade pública.

Startups

Conhecida também como “MP das Startups”, a norma prevê ainda imunidade burocrática para a inovação, criando um ambiente propício para o desenvolvimento de novos

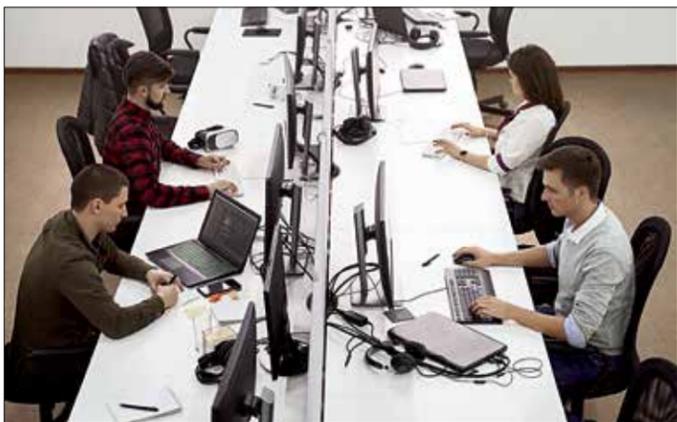
produtos e serviços e a criação de *startups* — empresas em estágio inicial que buscam inovação (geralmente com uso de novas tecnologias), mesmo em um cenário de incerteza.

Além disso, a medida permite que a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) reduza exigências para liberar a entrada dos pequenos e médios empreendedores no mercado de capitais. A ideia é que empresas brasileiras não precisem abrir seu capital no exterior, onde encontram menos burocracia.

Fundo Soberano

Outra iniciativa da MP 881/2019 é a extinção do Fundo Soberano do Brasil, criado pela Lei 11.887, de 2008. Entre as funções do fundo, estão viabilizar investimentos no Brasil e no exterior, formar poupança pública, combater os efeitos de eventuais crises econômicas e auxiliar projetos de interesse estratégico do país no exterior.

Em maio de 2018, o patrimônio do fundo somava R\$ 27 bilhões. Caso o seu fim seja confirmado pelo Congresso, os recursos serão direcionados ao Tesouro Nacional. O ex-presidente Michel Temer já havia tentado extingui-lo, por meio da MP 830/2018, mas o dispositivo com essa finalidade foi rejeitado no Parlamento.



MP cria ambiente propício para funcionamento de empresas de inovação

Eliziane pede estudos sobre liberdade de imprensa

A líder do partido Cidadania no Senado, Eliziane Gama (MA), sugeriu ontem que o Conselho de Comunicação Social (CCS) do Congresso Nacional realize estudos e faça recomendações para garantir a liberdade de imprensa no Brasil. A solicitação foi apresentada ao presidente da Casa, senador Davi Alcolumbre. A próxima reunião do CCS está marcada para segunda-feira.

No ofício, a senadora menciona ações do Supremo Tribunal Federal (STF) que “foram caracterizadas e entendidas como censura e repudiadas nacionalmente”. Eliziane se refere a uma decisão do ministro Alexandre de Moraes, relator do inquérito que investiga notícias fraudulentas contra integrantes da Corte. Em abril, Moraes mandou tirar do ar reportagem que citava o

presidente do STF, Dias Toffoli. A decisão foi revogada pouco tempo depois.

Eliziane lembra que a Constituição garante a liberdade de imprensa, que ela classifica como “uma das maiores conquistas da nossa sociedade”. A senadora pondera ainda que “a emergência de novas tecnologias e a abrangência das redes sociais ataçam a discussão em torno da matéria”.



Erasmio Solomina/Ministério da Saúde

Posição de especialistas sobre o movimento antivacina será abordada

Rádio Senado apresenta série sobre a importância da vacina

Em cinco capítulos, uma série da Rádio Senado traz informações sobre a história das vacinas no Brasil e no mundo, a produção nacional e a pesquisa nas universidades, além de depoimentos de cientistas e autoridades do setor.

Há mais de 200 anos, a vacina é uma aliada fundamental na prevenção e erradicação de doenças perigosas. Desde que surgiu a primeira, no fim do século 18, ela tem ajudado as pessoas a viver mais e com melhor qualidade de vida. E os cientistas continuam trabalhando em busca de avanços. Em abril, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou testes de uma nova vacina contra a malária, que ainda mata, a cada ano, mais de 400 mil pessoas, a maioria crianças. A OMS aponta como um dos

maiores desafios o combate ao movimento antivacina, cujos defensores questionam a eficácia e a segurança. Esse ponto de vista é duramente criticado pela comunidade científica e pela própria OMS. A reportagem especial “Vacina: ciência para a vida”, de Celso Cavalcanti, mostra as respostas dos especialistas a notícias falsas sobre vacinas, a evolução da imunização, a produção nacional e o Calendário Nacional de Vacinação. Cada capítulo terá cerca de 5 minutos.

“Vacina: ciência para a vida”

- Episódios**
- de segunda (6/5) a sexta (10/5)
 - entre as 7h e 9h no *Conexão Senado* e às 22h
- Série completa**
- sábado (11) às 10h
 - domingo (12) às 17h

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



PLENÁRIO Sessão não deliberativa

9h Discursos e avisos da Mesa.

SESSÃO SOLENE Dia do Líder Comunitário

15h Comemoração do Dia do Líder Comunitário.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• **Alô Senado:** 0800 612211

• **Acompanhe:** Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• **Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • **Twitter:** [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• **TV:** senado.leg.br/TV

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burre
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Congresso encara novo desafio da Previdência

País desembolsa 60% do orçamento com o setor, percentual que deve crescer porque a expectativa de vida da população tem aumentado e a taxa de natalidade, caído

Guilherme Oliveira



PELA TERCEIRA DÉCADA consecutiva, o Congresso é chamado a discutir uma ampla reforma na Previdência Social. Como as reformas anteriores, a nova proposta (PEC 6/2019) pretende garantir a sustentabilidade do sistema, mas especialistas afirmam que a mudança é agora mais urgente do que antes.

Os desembolsos do país com a Previdência já equivalem a 60% do Orçamento, e esse percentual deve se avolumar nos próximos anos. Isso porque a expectativa de vida da população tem aumentado, enquanto a taxa de natalidade cai. É o que explica o diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), Felipe Salto.

— O país está envelhecendo e as pessoas estão vivendo mais. Isso é algo positivo, mas tem consequências fiscais, porque a população idosa depende do Estado. Como os brasileiros estão tendo cada vez menos filhos, serão menos pessoas contribuindo.

Segundo projeções do IBGE, o contingente de idosos do país deve triplicar dentro dos próximos 40 anos, enquanto a proporção de trabalhadores para cada aposentado deve cair pela metade. Devido a essa inversão demográfica já em curso, a arrecadação de contribuições previdenciárias tem consistentemente ficado abaixo do valor dos benefícios concedidos. Tanto o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), que cobre os trabalhadores da iniciativa privada, quanto o Regime Próprio (RPPS), dos servidores públicos, vêm apresentando déficits nos últimos anos.

As contas negativas da Previdência impactam a dívida pública do país, que vem se aproximando de 80% do produto interno bruto (PIB), como um todo. O consultor legislativo do Senado Pedro Fernando Nery explica que o aumento do déficit previdenciário agrava esse quadro porque as aposentadorias são gastos obrigatórios, que o Estado não pode deixar de financiar.

— A despesa tem que ser paga, seja com contribuições previdenciárias, seja com contribuições sociais ou impostos. Ao crescer, ela comprime políticas públicas já subfinanciadas, como o saneamento, a educação, a infraestrutura. O déficit é uma medida desse desequilíbrio: a quantidade de recursos de outras áreas, ou de impostos, que será drenada para pagar



Fila em agência do INSS no Paraná: contas negativas da Previdência impactam dívida pública do país como um todo

benefícios — explicou.

A incerteza quanto à possibilidade de manter o endividamento sob controle também encarece a própria administração da dívida, que o Estado faz por meio da emissão de títulos públicos. Quanto pior a situação fiscal, maior é a taxa de juros que o mercado exige. Mais juros agravam a dívida, e forma-se um círculo vicioso.

— Vários estados já quebraram. A União tem mais ferramentas para não quebrar tão cedo, mas isso implica instabilidade macroeconômica. A desconfiança quanto à solvência do Estado vai continuar inibindo o investimento e o crescimento. O desemprego vai continuar sem cair satisfatoriamente e isso vai se somar ao caos na prestação de serviços públicos — alerta Nery.

Salto destaca que a reforma da Previdência é uma condição necessária para romper essa tendência, mas não suficiente. Ela dará um impulso, mas precisa ser complementada no futuro com outras medidas.

— Se a gente desata esse nó, o dinheiro vai começar a circular, a economia vai começar a girar de novo — enfatizou.

Questionamento

Essa análise tem críticos. A Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip) sustenta que o déficit é resultado de um cálculo das contas da Previdência que interpreta equivocadamente as regras do sistema. Segundo o presidente da entidade, Floriano Martins Neto, o déficit só é verificado quando se analisam unicamente as contribuições e as despesas previdenciárias. No entanto, a Previdência integra o orçamento da Seguridade Social, que também inclui a assistência social e as ações de saúde. A seguridade social, conforme definida na Constituição, é financiada por outras

Orçamento da seguridade social

A Previdência integra o orçamento da seguridade social, que também inclui a assistência social e as ações de saúde

RECEITAS

- Contribuições previdenciárias individuais
- Dotações orçamentárias
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)
- Programa de Integração Social (PIS)
- Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep)
- Renda líquida de loterias
- Receitas patrimoniais da União, como receitas com imóveis e dívida ativa
- Receitas financeiras, como rendimentos, recebimento de empréstimos e dividendos
- Parte da venda de bens apreendidos em operações contra o tráfico de drogas
- Parte do resultado dos leilões da Receita Federal
- Multas, atualizações monetárias, juros moratórios
- Doações e outras receitas eventuais

DESPESAS

- Custeio da saúde
- Regime Geral da Previdência Social (trabalhadores da iniciativa privada)
- Regime Próprio da Previdência Social (servidores públicos civis)*
- Pensões militares*
- Benefício de Prestação Continuada (BPC)
- Seguro-desemprego
- Abono salarial
- Bolsa Família
- Renda Mensal Vitalícia — RMV (em extinção; pago apenas a quem já recebia até dez/1995)
- Auxílios: acidente, doença, reclusão
- Pensões: morte, talidomida, hanseníase
- Seguro-defeso (pago a pescadores artesanais durante proibição da pesca por motivos ambientais)
- Salário-família e salário-maternidade



*A previdência dos militares passou para o orçamento fiscal em 2016

fontes, incluindo tributos sem destinação específica e dotações da União. O que importa, explica Martins, não é o cálculo da Previdência ser positivo ou negativo, mas sim o cálculo da seguridade como um todo.

— Calculamos dentro da seguridade porque lá temos todas as fontes de financiamento. Fazemos a contabilidade no geral porque a Constituição não mandou segregar. O déficit significa que a União aportou a parte dela, que veio do orçamento fiscal.

Já para Nery, examinar a Previdência à parte das demais áreas da seguridade é necessário para que se perceba que ela se está inviabilizando.

— Falar que não tem déficit na Previdência porque sempre se pode pegar recursos da seguridade significa exatamente tirar da saúde e da assistência.

Outro questionamento levantado pelo presidente da Anfip diz respeito às dívidas da Previdência. Para ele, o problema mais urgente para conter o desequilíbrio fiscal da área é melhorar os mecanismos de combate à sonegação e deixar de conceder renúncias fiscais.

Segundo números da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), a dívida ativa previdenciária chega a R\$ 510,3 bilhões. Martins relata que o índice de recuperação desse valor devido é menor do que 1%, ao mesmo tempo em que o governo federal abre mão, via renúncias, de 20% da receita anual via impostos e contribuições sociais. No entanto, a própria PGFN reconhece que a maior parte da dívida previdenciária está fora de alcance. Segundo o órgão, 62% do estoque da dívida tem baixa

perspectiva de recuperação, por ser referente a empresas que já faliram ou que não têm patrimônio, por exemplo.

Além disso, o diretor da IFI observa que, mesmo que fosse possível coletar toda a dívida, o problema não estaria resolvido. Como o déficit é um fenômeno que se repete anualmente, o influxo financeiro seria consumido em alguns anos, diz Salto.

Para Martins, a questão fundamental vai além da dívida atual. Trata-se de aprimorar o dia a dia para que o estoque não continue crescendo com débitos inalcançáveis, e para que o caixa da Previdência não continue sendo recorrentemente desfalcado. O presidente da Anfip cobra uma proposta de reforma que pese mais para o lado da receita, atacando a sonegação e também fortalecendo as fontes de financiamento.

Expectativas

O Ministério da Economia espera que a reforma permita um fôlego de R\$ 1,2 trilhão nos dez primeiros anos. As mudanças sobre o RGPS representariam cerca de 65% desse freio. Segundo a IFI, a aprovação da PEC permitirá a estabilização do gasto previdenciário como fatia do PIB nesse período, impedindo que ele cresça ano após ano. O líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), admite que o texto será modificado, mas acredita que há um consenso entre os parlamentares e as bancadas de que, sem aprovar alguma versão de reforma neste momento, o Brasil quebra.

— Creio que teremos um texto com uma boa reforma do ponto de vista social, regras de transição para ter atenção com os direitos de todos e uma sinalização clara de que as contas públicas vão entrar em equilíbrio.

Já o líder da Minoria, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), avalia que existe um problema fiscal a ser abordado, mas aponta para diversos tópicos da reforma proposta pelo governo que são, para ele, proibitivos.

— Compreendemos que há um déficit. Só que a conta desse déficit não pode ser paga pelos mais pobres. Somos contra uma reforma que acaba com o Benefício de Prestação Continuada [BPC], que restringe a aposentadoria rural, que institui a capitalização. Com este modelo nós não concordamos — disse o senador.

Segundo Randolfe, seria necessário pensar menos no endurecimento de benefícios e mais na expansão das receitas, principalmente a partir de mudanças no sistema tributário.



Lucas Barreto, Nelsinho Trad, presidente da comissão, e Flávio Bolsonaro na reunião que analisou a crise

Colegiado defende solução pacífica para Venezuela

Em comunicado oficial divulgado ontem, Comissão de Relações Exteriores manifestou preocupação com a crise no país vizinho, lamentou a morte de civis e reiterou expectativa por saída diplomática

A COMISSÃO DE Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) manifestou ontem “profunda preocupação com os recentes acontecimentos na Venezuela”. Em comunicado oficial lido pelo presidente da comissão, Nelsinho Trad (PSD-MS), o colegiado lamentou a morte de civis em decorrência do acirramento dos conflitos no país vizinho e reiterou a expectativa por uma saída pacífica para a crise. Para os senadores da CRE, o Brasil deve auxiliar na resolução da crise por vias democráticas.

— Reiteramos nossa expectativa de uma transição democrática em um processo pacífico e de respeito aos direitos humanos. Nosso país continuará a exercer pressão diplomática — afirmou Nelsinho.

Após a leitura do comunicado, senadores ressaltaram

a tradição diplomática brasileira e rechaçaram qualquer intervenção militar do país na Venezuela.

Líder da Minoria no Senado, Randolfe Rodrigues (Rede-AP) disse que o Brasil não pode ser “porta-voz de nenhuma aventura bélica e militar no país vizinho”.

— A ditadura existente na Venezuela deve ser esgotada de forma diplomática — defendeu.

Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) avaliou que a situação na Venezuela e na fronteira brasileira, em especial no município de Pacaraima (RR), é “dramática”. Segundo o senador, o governo não tem interesse em se envolver em um conflito militar contra a Venezuela, mas tem agido no sentido de garantir assistência e ajuda humanitária aos venezuelanos que se

refugiam no Brasil.

— É um problema que só vai se resolver ao se restabelecer a democracia na Venezuela — afirmou.

Mecias de Jesus (PRB-RR) pediu maior assistência do governo ao estado de Roraima e disse não acreditar numa solução pacífica a curto prazo. Para o senador, a tendência é que a tensão entre Nicolás Maduro e Juan Guaidó se intensifique.

— Não creio que haverá condições de a Venezuela sair da situação em que se encontra hoje sem um confronto armado entre eles — avaliou.

O presidente da CRE informou que a subcomissão criada para discutir a crise da Venezuela deverá se reunir na segunda-feira para ouvir o prefeito de Pacaraima, Juliano Torquato, sobre a situação no município.

Texto proíbe corte de água antes de três meses de inadimplência

Projeto de lei de Plínio Valério (PSDB-AM) altera a Lei do Saneamento Básico para determinar que o corte do fornecimento de água só poderá ocorrer após 90 dias de inadimplência por parte do usuário. O PL 2.206/2019 não recebeu emendas na Comissão de Infraestrutura, onde aguarda relator

A proposta determina que a interrupção dos serviços de água e esgoto só será efetivada depois que o usuário residencial deixar de pagar a conta por três meses seguidos.

Nesses 90 dias, contados a partir do primeiro dia subsequente ao do vencimento da primeira fatura não paga, a companhia de água e esgoto terá de fornecer, por dia, 20 litros de água por pessoa residente na unidade usuária.

O usuário só terá direito a esse mecanismo uma vez por ano.

De acordo com o autor, a medida atende a uma resolução da ONU, segundo a qual o acesso à água limpa e segura e ao saneamento básico são direitos humanos fundamentais. O órgão define que o abastecimento suficiente de água para sobrevivência de um ser humano se caracteriza por “uma fonte que possa fornecer 20 litros por pessoa por dia a uma distância não superior a mil metros”, afirma Plínio.

Atualmente a Lei do Saneamento Básico (Lei 11.445, de 2007) permite que o prestador interrompa o fornecimento de água caso haja “inadimplemento do usuário do serviço de abastecimento de água, do pagamento das tarifas, após ter sido formalmente notificado”.

Reguffe destaca projetos sobre reparação de danos

Reguffe (sem partido-DF), destacou ontem duas propostas apresentadas por ele com o objetivo de reparar os danos causados às vítimas de crimes. Os projetos estão na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O senador citou o projeto que obriga o autor de um ato de corrupção a devolver o dano causado aos cofres públicos e a pagar multa (PLS 187/2018), e o que visa ressarcir o dano causado por pichações, vandalismos e depredação do patrimônio público ou privado (PLS 188/2018). O responsável teria que pagar pelo prejuízo e oferecer indenização à vítima.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Alvaro é contra saída do Coaf da pasta da Justiça

Alvaro Dias (Pode-PR) criticou ontem a proposta de retirar o Conselho de Controle das Atividades Financeiras (Coaf) do âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Para o senador, o Coaf é fundamental para a investigação de corrupção e lavagem de dinheiro. Alvaro também afirmou que retirar do ministério as atribuições de segurança pública é uma ideia inoportuna, pois significaria perda de eficiência das ações de combate ao crime, além do desperdício de recursos, sem contar que levaria à criação de mais um ministério.

— Consideramos prudente que se mantenha desta forma.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Kajuru pede que TCU cancele licitação do STF

Jorge Kajuru (PSB-GO) disse ontem que entrou com uma ação no TCU para impugnar o processo licitatório do Supremo Tribunal Federal (STF) que prevê a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de fornecimento de refeições institucionais. Para o senador, a compra de itens de luxo com dinheiro público prevista no edital, como lagosta, camarão e presunto de Parma, é inadmissível em um país onde grande parte da população não tem arroz e feijão na mesa, argumentou. Também as bebidas previstas no edital, disse, devem ser “de alta qualidade”.



Jefferson Rudy/Agência Senado



Fotos: Gedildo Magela/Agência Senado - 29/04/2019

Para Leila, carreira esportiva começa cedo e é preciso conciliá-la com escola

Projeto facilita acesso de atleta de alto rendimento à educação

Um projeto da senadora Leila Barros (PSB-DF) que tramita na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) facilita o acesso de atletas já selecionados para equipes olímpicas nacionais e estaduais em cursos nas escolas públicas. O principal objetivo é permitir que esses atletas continuem os estudos e consigam conciliar a carreira esportiva, que inclui uma rotina de treinos e viagens para competições com a educação.

O PL 2.493/2019 aguarda emendas e terá votação final na CE. Se aprovado sem emendas que exijam análise pelo Plenário, seguirá para a Câmara dos Deputados.

A proposta altera a Lei 9.394, de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e a Lei 12.711, de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, para evitar a evasão escolar dos jovens atletas de alto rendimento.

“As carreiras de atletas são geralmente curtas, o que torna ainda mais importante assegurar a todos os jovens

acesso pleno à educação e, por consequência, alternativas efetivas de futuro, sem que seja necessário abandonar o sonho de prosseguir no esporte de alto rendimento”, justifica a senadora.

Faltas

O texto garante que as faltas dos alunos atletas de modalidades olímpicas em processo de seleção e os selecionados para as equipes escolares, regionais, estaduais, municipais ou nacionais sejam abonadas nos dias necessários à participação e ao deslocamento para competições e processos seletivos. Além disso, prevê que as instituições viabilizem uma segunda chamada ou um processo alternativo de avaliação caso os atletas falem em dias de provas.

O texto também busca facilitar o acesso dos atletas de seleções olímpicas em cursos oferecidos pela rede pública na modalidade a distância. E considera como de efetivo serviço, para fins trabalhistas e previdenciários, o tempo de professores dedicados a deslocamento e acompanhamento de equipes esportivas para competições.